



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0001/AM/10, de 26-02-2010

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, nesta Cidade de Pombal, no Salão da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Almagreira, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, João Manuel Vieira Cordeiro, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sandra da Silva Palhais, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, Armindo Lopes Carolino, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Sandra Isabel dos Santos Ferreira, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 - Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Designação do representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES Pinhal Litoral I – Alínea b) do Art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro;

Ponto 2.3 - Leitura, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Minuta do Protocolo de Delegação de Transferências do Município de Pombal para a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretario e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.^a Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.^a Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Carlos Lopes e Dra. Marlene Vaz.

De seguida, informou que o Membro da Assembleia Fernando Daniel Lopes Carolino havia solicitado a suspensão do seu mandato pelo período de 90 dias, colocando o pedido a votação, o qual foi aceite por unanimidade e por minuta.

Nesta altura informou que o cidadão imediatamente a seguir na lista do Partido Socialista, **Pedro Miguel Serra Santos**, se encontrava na sala, chamando-o a ocupar, de imediato, o seu lugar.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências:

Eleitos pela lista do PSD – José Rodrigues da Silva, por se encontrar hospitalizado, e Gabriela da Silva Santos.

Antes de dar início aos trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** informou terem dado entrada na Mesa os documentos que abaixo se transcrevem:

1. *“A Ilha da Madeira, no passado sábado, dia 20 de Fevereiro, foi fortemente fustigada por chuvas torrenciais, de que resultaram elevados prejuízos humanos e materiais, o Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia Municipal de Pombal, vem apresentar a seguinte comunicação:*

Que as senhas de presença desta sessão, dos Membros da Assembleia Municipal de Pombal, sejam como forma solidária, entregues à Caritas Diocesana do Funchal, a fim de ajudar esta a fazer face aos elevados prejuízos que, no passado sábado, foram provocados à Ilha da Madeira e desta deliberação seja dado conhecimento ao Governo Regional da Madeira.”

De seguida informou que a Comunicação supra transcrita foi subscrita, também, pela Bancada do Partido Socialista.

2. *“A Ilha da Madeira, no passado sábado, dia 20 de Fevereiro, foi fortemente fustigada por chuvas torrenciais, de que resultaram elevados prejuízos humanos e materiais, o Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia Municipal de Pombal, vem apresentar a seguinte Moção:*

Que a Assembleia Municipal de Pombal, face aos elevados prejuízos humanos e materiais que, no passado sábado, foram provocados à Ilha da Madeira e, particularmente, aos Municípios de Calheta, de Câmara de Lobos, do Funchal Ribeira Brava e Santa Cruz, deliberem aprovar uma Moção de Solidariedade para com as populações daqueles Municípios fortemente fustigados e que desta deliberação seja dado conhecimento às Assembleias Municipais dos respectivos Municípios.”

3. *“A Ilha da Madeira, no passado sábado, dia 20 de Fevereiro, foi fortemente fustigada por chuvas torrenciais, de que resultaram vítimas mortais, o Grupo Parlamentar do PSD, da Assembleia Municipal de Pombal, vem apresentar a seguinte Proposta de Voto de Pesar:*

Que, antes do início dos trabalhos, a Assembleia Municipal de Pombal respeite um minuto de silêncio pelas vítimas mortais que ocorreram no passado sábado na Ilha da Madeira e desta deliberação seja dado conhecimento à Assembleia Regional da Madeira.”

De seguida cumpriu-se um minuto de silêncio.

Nesta altura, **O Senhor Presidente da Assembleia** disse querer fazer a justificação da falta do Sr. José Silva, natural desta terra, disse que ele não o fez porque, infelizmente, não pode comunicar, que se encontra agarrado a um leito, solicitando uma salva de palmas no intuito da recuperação imediata do ex autarca, um bom homem, ovação que teve lugar de imediato.

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:***Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior.***

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura da acta da sessão anterior, a qual foi distribuída previamente pelos Membros da Assembleia, colocando-a a discussão.

Não se verificando qualquer intervenção, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com cinco abstenções, por ausências na respectiva sessão.

Ponto 1.2 - Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que, como os Senhores Deputados já se aperceberam, há um site da Assembleia Municipal, um espaço onde pode haver troca de ideias, onde podem, eventualmente, continuar a discutir os temas que ficaram em aberto nesta Assembleia, que é um espaço que, nesta altura, foi reservado para os Senhores Líderes de Bancada escreverem, permitindo a todos os elementos da Assembleia Municipal o acesso a esses documentos e a resposta às questões que são colocadas pelo seu líder, sobretudo um estímulo ao fomento de um diálogo vivo entre o grupo e o seu líder.

Referiu ter em seu poder os boletins da Associação Nacional de Municípios que estão ao dispor de todos os membros, no secretariado da Assembleia.

Informou ter recebido dois requerimentos sobre a pista de aeromodelismo e do parque de estacionamento subterrâneo da Praça Marquês de Pombal, cujas respostas serão remetidas logo que reunidas.

Disse ter recebido, também, um exemplar do Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas, sobre o prazo médio de pagamentos a fornecedores das Empresas Municipais, que ficarão também ao dispor de todos os membros da Assembleia.

Disse ter recebido também um exemplar do livro “Vermoil – Retalhos da sua História” do Padre Américo Ferreira, que foi enviado à Assembleia pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, dizendo que gostaria que todas as Freguesias fizessem o mesmo.

Referiu ter em seu poder as respostas às solicitações feitas pelo Dr. Carolino e pelo Dr. João Coelho, as quais iria entregar de imediato.

Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

João Coucelo, cuja intervenção se segue:

“É a primeira reunião do ano. Mudou o ano mas há muita coisa que permanece na mesma, sobretudo um sentimento de alguma frustração dos portugueses em geral, pelo ambiente político que se vai vivendo no País.

Contrapondo a isso há um sentimento de frustração enorme, que é sabermos que temos um amigo e um autarca, que já foi aqui, hoje, evocado, que está a lutar pela sobrevivência, afectado que foi por uma terrível doença. É de Almagreira, e por muitas que possam ser as razões que estejam no espírito de cada um, para estarmos aqui presentes, hoje, em Almagreira, eu penso que essa é uma forma de homenagem ao José Silva que foi sempre um homem empenhado e amigo do seu amigo, um bom Autarca.

À família, com certeza que tenho que dar uma palavra de estímulo, no sentido de apoiar solidariamente uma boa recuperação dentro daquilo que é possível, e estar solidários no momento de muita tristeza que estão a atravessar.

Almagreira tem outras razões, porventura, para se estar aqui. Mesmo que estivéssemos nos Paços do Concelho, eu iria falar neste assunto, porque se prende com a saúde e, inevitavelmente, eu falo sempre sobre questões relacionadas com a saúde.

Falo concretamente de uma polémica artificial, relativamente a uma questão que é a construção ou recuperação da Extensão do Centro de Saúde de Pombal que, em Almagreira, se chama Extensão de Almagreira.

No Centro de Saúde, há responsáveis nomeados politicamente, e são esses responsáveis que têm que, em primeiro lugar, interessar-se pelas condições de trabalho dos seus profissionais e pelas condições em que as populações são assistidas.

É exclusiva responsabilidade da ARS, das Sub-Regiões, dos Directores dos Centros de Saúde, tal como é exclusiva responsabilidade dos Conselhos de Administração dos Hospitais, resolver os problemas de bom ou mau funcionamento, de boas ou más instalações.

Não há delegação de competências nas Câmaras Municipais para tratar dessas questões. As Câmaras, através das autarquias, nomeadamente das Juntas de Freguesia, têm disponibilizado, ao longo dos últimos anos, instalações para que funcionem extensões de Centros de Saúde.

O Estado constrói Hospitais em parecias público privadas, o Estado constrói Centros de Saúde financiados, antigamente, por PIDDAC, agora por verbas do QREN, mas é o Estado que os constrói não são as Câmaras Municipais nem as Juntas de Freguesia, as autarquias colaboram na resolução desses problemas.

Eu, enquanto fui Vereador, recordo-me da recuperação do Centro de Saúde da Redinha, recordo-me de outras Extensões de Centros de Saúde e recordo-me da construção do Centro de Saúde da Guia. Foi preciso a Câmara pressionar muito, e foi a Câmara que fez o projecto, foi a Câmara que definiu as verbas que ia dar, depois da Administração Regional de Saúde do Centro ter decidido que se ia fazer um Centro Saúde.

É assim que se procede, tudo o resto é conversa fiada e eu li muito sobre o que disse acerca desta matéria e entendo, como conhecedor profundo dos mecanismos que é necessário pôr em prática para resolver estas questões, que a primeira responsabilidade é sempre, inequivocamente, de quem detém as competências máximas dessa área, que são as ARS's, ou querem ou não querem, ou estão interessadas ou não estão, e elas veiculam às Direcções dos Centros de Saúde, que por sua vez comunicam às ARS's a necessidade de proceder a remodelações, reconstrução, modernizações, ou construções novas. É assim que as coisas se passam.

Queria fazer aqui uma crítica que tem a ver com a forma como alguns políticos se comportam nestas matérias e aqui o Partido Socialista portou-se mal, ao longo de muito tempo, porque em vez de colaborar na solução, avolumou os problemas, e eu acho que, seja em matérias de saúde que são questões profundamente técnicas, ter ou não ter edifícios novos, colocar ou não colocar médicos, colocar ou não colocar enfermeiros, devemos todos contribuir é para encontrar uma solução, não para levantar problemas e suspeições sobre quem é que tem a responsabilidade, faltando-se à verdade por desconhecimento, e nestas matérias, deve falar quem conhece os assuntos e os antecedentes dos problemas.

Muitas mais coisas haveria para dizer, mas esta bastará para iniciarmos os nossos trabalhos.”

Odete Alves, cuja intervenção se transcreve.

“Digo apenas que o Partido Socialista entendeu, nesta Assembleia, e porque acha que não deve deixar passar esta oportunidade de colocar aqui algumas questões que considera pertinentes e importantes, a respeito da decisão já tomada na Câmara Municipal de Pombal, sobre a existência de Vereadores a tempo inteiro e a meio tempo.

Assim, e antes de passarmos às questões que queremos colocar ao Senhor Presidente da Câmara, gostaríamos de contextualizar as questões, dizendo que Pombal tem cerca de 56.000 eleitores, a Lei determina que no caso dos Municípios com mais de 50.000 eleitores e menos de 100.000, para além do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal é composta ainda por 8 Vereadores.

A Lei diz ainda que compete ao Presidente da Câmara decidir sobre a existência de Vereadores em regime de tempo inteiro e de meio tempo e fixar o seu número, que, para um Município como Pombal, que se situa entre os 20.000 e os 100.000 tem um limite legal de dois Vereadores.

A Lei admite ainda que a Câmara, sob proposta do Presidente, possa fixar um número de Vereadores superior a este limite legal, e bem assim definir as suas funções e determinar o regime do seu exercício pelos vários Vereadores.

A lista do PSD elegeu 6 Vereadores nas últimas eleições autárquicas e 5 desses Vereadores encontram-se em regime de tempo inteiro e um Vereador em regime de meio tempo, o que significa que o Senhor Presidente da Câmara optou por praticamente o triplo do limite legal dos Vereadores.

O Partido Socialista fez um estudo comparativo com alguns Municípios, por exemplo, Coimbra, com 128.000 eleitores, tem 6 Vereadores; Leiria, com 111.000 tem 6 Vereadores; Aveiro com 67.000, tem 4 Vereadores; e verificou ainda que, comparativamente, existe aqui uma clara desproporção na definição de Vereadores a tempo inteiro, atento o número de eleitores.

Verificou as atribuições de cada um dos Vereadores que estão, e bem, publicadas no site da Câmara Municipal, mas antes de passarmos às questões, gostaríamos apenas de ressaltar que o Partido Socialista não pretende com esta intervenção, de forma nenhuma, menosprezar ou desvalorizar as capacidades de cada um dos Vereadores. Não estamos a pôr em causa as pessoas que exercem essas funções, estamos apenas a aferir das opções que foram tomadas pelo Senhor Presidente a este propósito.

Assim, perguntamos ao Senhor Presidente, em primeiro lugar, qual foi o critério que utilizou para decidir sobre a existência de 5 vereadores a tempo inteiro e um a meio tempo?

Gostaríamos também de saber se o número de Vereadores a tempo inteiro, no mandato anterior era de 4 e o Senhor Presidente nunca disse que sentia necessidade de ter mais Vereadores, o que é que motivou a necessidade de elevar este número, se foi só a questão da sua eleição, ou se foram necessidades prementes que surgiram entretanto?

Uma vez que aumentou o número de Vereadores, porque motivo é que o Senhor Presidente continua a centralizar uma série de Pelouros, tem 8 grandes Pelouros que poderia, facilmente, delegar em cada um dos Vereadores, como por exemplo o Pelouro dos Recursos Humanos que pertence ao Senhor Presidente, e nós perguntamos porque razão é que existe outro Vereador com a coordenação da Divisão de Recursos Humanos?

Não seria, por exemplo, mais lógico e mais eficaz o Pelouro da Acção Social incluir também a Acção Social Escolar? A Defesa do Consumidor ser incluída no Pelouro dos Assuntos Jurídicos? O Pelouro da Juventude não devia ser incluído na Educação, na Formação Profissional, Desporto e Desenvolvimento Associativo e o Ambientares e Espaços Verdes no Ordenamento do Território?

São estas as questões que deixamos ao Senhor Presidente.”

Pedro Murtinho, que interveio como se transcreve:

“Em primeiro lugar, quero congratular-me por ver realizar-se uma Assembleia Municipal aqui, em Almagreira, e faço votos para que esta magna sessão traga algo de positivo à Freguesia de Almagreira.

Sendo esta a terra que me viu nascer, mal seria que, neste local, não falasse de Almagreira, deixando a Freguesia passar ao lado deste debate político.

É certo que muito trabalho tem sido feito, pelo Município de Pombal, na Freguesia de Almagreira, mas muito mais há ainda a fazer.

Também temos problemas e carências que urgem ser resolvidas.

São três as grandes áreas que preocupam os almagreirenses, neste momento: SAÚDE, REDE VIÁRIA e SANEAMENTO.

Nesta última área, recordo que a Freguesia de Almagreira ainda não está servida com saneamento, e aqui coloco uma questão muito concreta ao Senhor Presidente da Câmara:

Qual o ponto de situação de Almagreira, relativamente ao Saneamento?

- *O que falta para avançar com a construção da ETAR e para quando o início das obras?*

- *Para quando o arranque dos trabalhos, relativamente à Rede de Saneamento e quais os lugares que serão abrangidos nesta 1.ª fase?*

Em termos de rede viária, lembro que a principal rede viária de Almagreira, aquela que liga a Freguesia aos lugares limítrofes e às Freguesias vizinhas estão com mais de 30 anos, está esgotada, como é o caso da estrada que liga Almagreira às Chãs e que se encontra completamente alagada, bem como a que liga Almagreira a Casais de Além e a que liga Almagreira ao Paço. Estes são apenas alguns exemplos.

Alerto o Senhor Presidente para o facto de todas as estradas não poderem esperar pelo saneamento para serem requalificadas.

Almagreira não pode esperar mais e dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara nestes termos:

Sabendo eu que o Senhor está sensível a este problema, qual o compromisso que o Executivo Municipal assume perante Almagreira para corrigir esta carência?

Em 2010, que estrada ou estradas vamos ver requalificadas?

Sobre a Saúde, em Almagreira, muito há a dizer.

A história do Centro de Saúde de Almagreira e as suas fracas condições para ministrar cuidados de saúde primários já conta com mais de 20 anos, não esquecendo que abrange um ficheiro de, sensivelmente, 1700 utentes, numa Freguesia com mais de 4.000 habitantes, a terceira do Concelho; Centro de Saúde este que onde se prestam mais de 6.000 consultas por ano e se praticam mais de 7.000 actos de enfermagem por ano.

No final da década de 90, o Centro de Saúde passa a ser uma prioridade para a autarquia local, levando-a a hipotecar outras obras em benefício desta, se necessário.

No entanto, as burocracias têm sido tantas e os dirigentes das instituições de saúde da zona centro, sempre a mudar, têm obrigado a que o processo tenha conhecido mais retrocessos.

Nos últimos tempos, tentou criar-se uma nuvem de confusão sobre este processo que mais não tem feito que, criar ainda mais medos e preocupações junto das populações.

Veio a terreiro, nas últimas semanas, uma espécie de encontro entre um membro da comissão de acompanhamento do Centro de Saúde e a ARS Centro, em que esta terá desmentido a Junta de Freguesia e a sua vontade de construir um Centro de Saúde em Almagreira.

Segundo parece a ARS Centro não tem conhecimento que se pretende construir uma Extensão de Saúde em Almagreira, ou que haja um Projecto, terreno, ou mesmo contactos.

Perante estes factos, enquanto almagreirense e Presidente da Assembleia de Freguesia de Almagreira, cedo me prontifiquei para verificar onde está a verdade, procurando factos concretos e bem documentados, junto das entidades competentes.

Senti necessidade de apurar a verdade dos factos, ora vejamos:

Em Novembro de 2003, surge a primeira promessa.

No seguimento de uma interpelação da Deputada Dr.ª Ofélia Moleiro ao Senhor Ministro da Saúde de então, Luís Filipe Pereira, aquele governante confirmou, através do Canal Parlamento, que a construção da Extensão de Saúde de Almagreira estava incluída em PIDDAC e que a sua construção iria ser mesmo uma realidade em 2004 – era Primeiro Ministro Durão Barroso.

Em 2005 eram inscritos em PIDDAC € 20.000,00.

Em 14 de Janeiro de 2005, a Sub-região de Saúde de Leiria, na pessoa do seu coordenador, Dr. Luís Morato, emite parecer favorável ao estudo prévio de arquitectura para a Extensão de Saúde de Almagreira, fazendo apenas algumas recomendações.

Em 30 de Setembro do mesmo ano, após uma reunião alargada entre a ARSC, na pessoa do Sr. Eng.º Vitor Gonçalves e o responsável pelo projecto, Eng.º Sérgio Leal, a Junta de Freguesia de Almagreira envia para a ARSC novo projecto, devidamente corrigido e alterado, conforme solicitado pela ARSC, pedindo a esta celeridade no processo e informando que a escritura do terreno onde seria edificado o Centro de Saúde, estava em condições para avançar.

Em 18 de Outubro de 2005 é dada a aprovação ao estudo prévio de arquitectura referente às últimas alterações, aprovação esta emitida pelo Presidente da ARSC, Professor Doutor Fernando Regateiro, concedendo autorização para se avançar com os projectos de especialidade.

No PIDDAC de 2006, a verba inscrita passou para € 11.000,00.

No dia 3 de Novembro de 2005, a Junta de Freguesia de Almagreira envia um ofício à ARSC no sentido de se clarificar, em matéria de construção da Extensão de Saúde de Almagreira, o papel a desempenhar por cada uma das partes envolvidas, nomeadamente, quem seria o dono da obra, a entidade responsável pelo lançamento do concurso público, o início das obras, etc.

Até hoje, nenhuma resposta.

Na mesma data, 3 de Novembro de 2005, a Junta de Freguesia de Almagreira envia ofício à Dr.ª Ofélia Moleiro, Deputada na Assembleia da República, solicitando os seus bons ofícios, junto do Poder Central, para que, em 2006, a Construção do Centro de Saúde fosse uma realidade.

Em 22 de Novembro de 2005, a Junta de Freguesia de Almagreira pede uma reunião com o Técnico da ARSC, Eng.º Vitor Gonçalves, para acertar pormenores relativos à elaboração dos projectos de especialidade, a fim de acelerar o processo.

No mesmo mês, o Senhor Presidente da Câmara de Pombal, assume publicamente a construção do Centro de Saúde de Almagreira, caso a ARSC não assumisse.

Em 11 de Janeiro de 2006, a Junta de Freguesia de Almagreira envia um ofício ao Senhor Primeiro Ministro, José Sócrates, apresentando a sua sensibilidade em matéria da construção do Centro de Saúde de Almagreira, pedindo-lhe um olhar atento para com Almagreira, devendo o Estado privilegiar o serviço de proximidade, de modo a potenciar a qualidade dos cuidados de saúde primários.

Por consequência, a 30 de Janeiro de 2006, o Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro Ministro, Luís Patrão, informa a Junta de Freguesia de Almagreira, através de ofício, que encaminhou o assunto para o Ministério da Saúde.

Por sua vez, a 23 de Fevereiro de 2006, o Chefe de Gabinete da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, informa a Junta de Freguesia de Almagreira, que o assunto iria ser encaminhado para a ARSC.

Em 5 de Maio de 2006 é feito um ponto da situação, por parte da Dr.ª Isabel Gonçalves, Directora do Centro de Saúde de Pombal, ao Coordenador da Sub-região de Saúde de Leiria, que informava o seguinte:

Que o edifício do Centro de Saúde de Almagreira não oferecia quaisquer condições de atendimento e trabalho; que a nova construção permite que se assuma a cobertura da totalidade dos utentes da Freguesia de Almagreira; que a nova construção permite libertar a sobrecarga dos utentes de saúde em instalações que já se encontram saturadas; que construção da Extensão de Saúde de Almagreira continuava a ser uma prioridade, porque nem a Redinha e a Pelariga conseguiam absorver os utentes de Almagreira.

A 2 de Junho de 2006 é enviado o projecto de especialidades para a ARS Centro, na pessoa do seu Presidente, pedindo a Junta de Freguesia de Almagreira à ARSC uma reunião para se definirem as linhas de acção, a fim de se concretizar o mais rápido possível a obra que todos os almagreirenses anseiam, informando ainda que a Junta de Freguesia de Almagreira estava em condições de colocar em nome da ARS do Centro, o terreno onde iria ser construído o Centro de Saúde.

Em 3 de Agosto de 2006, a Junta de Freguesia de Almagreira entrega dois ofícios na ARS do Centro. O primeiro a informar que já tinham sido pagos € 4.900,00 ao projectista pelo projecto de arquitectura, requerendo àquela entidade o reembolso do valor dispendido, a coberto da verba consagrada e PIDDAC, em 2006, para a construção da Extensão de Saúde de Almagreira, que era de € 11.000,00.

O segundo, demonstrando tristeza pela falta de respeito da ARSC que, teimosamente, não respondia aos ofícios que outrora a Junta de Freguesia de Almagreira tinha enviado anteriormente.

No mesmo dia, 3 de Agosto de 2006, o Executivo da Junta de Freguesia de Almagreira desloca-se à ARSC para ser recebido pelo seu Presidente, sem marcação, e, na sua ausência e devido à falta de respostas, foi feita uma reclamação por escrito.

A 7 de Agosto de 2006, a ARS do Centro responde a essa mesma reclamação, informando que, a breve prazo, procederiam à marcação de uma reunião. Até hoje.

Dizia ainda que:

“Sendo a nossa região muito extensa, geograficamente, e com elevado número de estabelecimentos de saúde, apesar de colocarmos todo o nosso empenho numa resposta célere a todas as questões que, no dia a dia, nos são presentes, nem sempre nos tem sido possível fazê-lo com a celeridade que desejaríamos, facto que lamentamos.”

Foi esta a resposta.

A 15 de Dezembro de 2006, foi enviado novo ofício da Junta de Freguesia de Almagreira ao Presidente da ARSC evidenciando que Almagreira foi deixada ao abandono, tal o desinteresse da ARSC em matéria de saúde pública para a Freguesia, dada a falta de resposta até à data sobre a Extensão de Saúde de Almagreira.

Em PIDDAC de 2007 eram inscritos, para a Extensão de Saúde de Almagreira, € 5.000,00.

Em 24 de Julho de 2007 o Coordenador da Sub-Região de Saúde de Leiria, Dr. Jorge Pereira, informou a Junta de Freguesia de Almagreira, através de ofício, que em reunião com o Presidente e Vogal das ARSC, foi dada autorização para a construção da nova Extensão de Saúde de Almagreira e que, assim sendo, teria que ser elaborado o respectivo protocolo a fim de formalizar o acordo, sendo a Autarquia a suportar os custos da obra.

Em 19 de Setembro de 2007, a Junta de Freguesia de Almagreira pede o agendamento de reunião com o Presidente da ARSC, a fim de serem definidos os termos do Protocolo, pedido que até hoje não obteve resposta.

Em Dezembro de 2009 as autarquias de Almagreira e Pombal, pretendem avançar com a requalificação do actual Centro de Saúde, dada a inoperância da ARS do Centro em formalizar o Protocolo para a Construção da Extensão de Saúde de Almagreira.

Após várias tentativas e adiamentos, a 15 de Fevereiro, decorre uma reunião com o Presidente da ARS Centro e os Presidentes da Câmara Municipal de Pombal e Junta de Freguesia de Almagreira, no edifício dos Paços do Município, a fim de avaliar qual a proposta que a ARS Centro tem para Almagreira sobre Cuidados de Saúde Primários, tendo ficado acordado que no prazo de uma semana a ARS Centro teria que formalizar a sua proposta de requalificar o actual ou construção de um novo.

Meus Senhores e minhas Senhoras, afinal onde é que está a verdade?

Afinal há ou não falta de vontade política por parte da tutela para se avançar com a construção do Centro de Saúde ou a sua requalificação?

A ARS Centro tem ou não conhecimento da vontade de se construir ou de requalificar a Extensão de Saúde de Almagreira?

Há ou não há projecto?

Há ou não há terreno?

Houve ou não contactos com a ARS do Centro?

Facilmente se conclui que a ARSC quer fugir aos compromissos, inclusive, em sede de Assembleia Municipal de Setembro de 2009, foi requerido à ARSC que informasse das suas intenções sobre cuidados de saúde primários para Pombal e até hoje não houve resposta.

Alguém me sabe dizer se há alguma Lei que transfira a responsabilidade dos Centros de Saúde para as Autarquias? Não, não há.

Mesmo assim o Município de Pombal está disposto a investir no Centro de Saúde em Almagreira, seja ele requalificado ou construído de raiz.

Com base na nova base de prestação de cuidados de saúde que se construa um novo centro de Saúde ou que se requalifique o actual, mas a decisão está na ARSC.

Uma garantia eu tenho. Almagreira não vai ficar sem Centro de Saúde.”

João Coelho, cuja intervenção se transcreve:

“Desde a falência dos sistemas de especulação financeira desregulados ocorrida em 2008 vivemos uma crise internacional sem paralelo.

O nosso país chegou a esta crise com deficiências estruturais por anos de um modelo de crescimento errado, muito dependente dum Estado demasiado despesista e com uma estrutura produtiva também demasiado assente em mão-de-obra menos eficiente por ser menos qualificada.

Os empresários já tinham dificuldades antes da crise. Fosse por injustiças fiscais, pela Justiça que não funciona, pela incapacidade de internacionalização ou por erros próprios, cada investidor português via a rendibilidade do seu investimento aquém das suas expectativas. Agora estes empresários são obrigados a tornarem-se ainda mais criteriosos e exigentes.

Estamos portanto no início de uma era em que aquilo que as pessoas esperam dos decisores públicos é de ajudas verdadeiras ao investimento e estão cada vez mais atentos.

Recentemente tivemos o exemplo de uma das principais empresas de Pombal, a Derovo, que escolheu investir 26 milhões de euros numa nova unidade em Proença-a-Nova em vez de Pombal. Palavra ao administrador da empresa: “Também é estratégico em termos vias de comunicações e também não foi indiferente o trabalho do presidente da Câmara de Proença-a-Nova que disputou entre vários destinos este projecto”, declarou.

Pombal perdeu este investimento como pode vir a perder mais. Mas mais do que do que perder novo investimento Pombal pode perder investimento já cá sedado. É que há descontentamento de pequenos e grandes empresários do Concelho já expresso publicamente.

Isto obriga-me a perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal em que é que Pombal se destaca para ajudar verdadeiramente a trazer ou reter investimento.

Há vários caminhos.

O de termos melhores vias de comunicação é um, mas parece que já não é tão relevante porque até Proença-a-Nova e outros superam esse handicap.

Será que é pela capacidade de influência do Executivo Municipal? Quantas empresas foram já contactadas directamente para trazer unidades produtivas para as zonas industriais existentes e as prometidas? E há alguém com visão para acompanhar um projecto importante como o do novo Centro Comercial em Pombal sem que seja em condições que afrontem a vontade dos pombalenses? Há algum gabinete preparado para esse trabalho ou questiona o Sr. Presidente que esse trabalho tem que ser feito?

Será por alguma medida de excepção prevista e não comunicada? Está o executivo preparado para competir com preços de terreno a €1,00 como vemos em concelhos da nossa região?

É através de medidas fiscais? Será que o Sr. Presidente considera que a taxa de derrama em valores máximos como um factor menor, mesmo quando os empresários dizem que não é? Estará disposto a abdicar de taxas como incentivo para a localização de novos investimentos?

Será por coerência estratégica desta Câmara? No turismo, os vereadores não se entendem sobre quais os concelhos a que nos devemos associar. No investimento, temos um Centro Tecnológico prometido há quase 10 anos e sem qualquer definição sobre o modelo que este tomará ou para quando a sua construção. O Sr. Presidente acredita que isto ajuda a que os empresários confiem no futuro do nosso Concelho?”

Eliana Varalonga, cuja intervenção se segue:

“Venho também falar de Almagreira, mas desta vez, por um bom exemplo. Refiro-me à Associação Juvenil Horizonte que tem desenvolvido um trabalho meritório na Freguesia e no Concelho, promovendo diversas actividades juvenis com bastante sucesso, como por exemplo acontece com a edição mensal de um jornal e a dinamização de um grupo de teatro amador.

Como podemos ver, Almagreira, pelo menos neste ponto, é um exemplo a seguir e eu não podia deixar de aqui felicitar a Associação e dar-lhe uma palavra de incentivo e coragem para a continuação do bom trabalho que tem vindo a desenvolver.”

Pedro Santos, que interveio como se segue:

“A Bancada do Partido Socialista vai aproveitar o facto de estar aqui, em Almagreira, que é uma das Freguesias vitimas do fraco serviço por parte da EDP, tal como acontece com o Louriçal, o Carriço, etc., para lamentar a ineficácia dos Serviços da EDP na Região.

De seguida apresentou uma proposta de recomendação que se dá por reproduzida e fica apensa à presente acta.

Manuel António, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Eu vinha falar sobre educação, talvez por formação, uma vez que é a minha área de trabalho, e destacar o que de bom tem vindo a ser feito no Concelho de Pombal, nesta área, quer por intervenção da nossa Câmara na melhoria de condições dos edifícios escolares, quer também por iniciativa da Parque Escolar.

Recordo que o Município, em boa hora, avançou com a renovação do Parque Escolar ao nível do pré-primário e do 1.º Ciclo, nomeadamente com a execução de pólos escolares, estando já inaugurado o Pólo Escolar de Carnide e em fase de conclusão os da Fonte Nova, da Redinha, dos Vieirinhos, de Albergaria dos Doze e de Abiul e a concurso o de S. Simão de Litém.

Considero que a educação é a base de um futuro melhor para todos, e é por aqui, pela educação, que passará o desenvolvimento do Concelho de Pombal, no futuro.

Não deixaria de ser injusto se não destacasse também alguns investimentos da Parque Escolar, nomeadamente o que já aconteceu na Escola Marquês de Pombal e, mais recentemente, o que está a decorrer, que é um investimento muito significativo, onde muitos de vós tiveram oportunidade de estudar, a Escola Secundária de Pombal, antiga Escola Comercial e Industrial, no valor de cerca € 7.500.000,00.

É um novo edifício e um novo futuro ao nível da Educação no Concelho de Pombal. É um desafio para a Cidade e para todos os pombalenses.

Até ao final deste ano lectivo, ou o mais tardar em Setembro, será feita a inauguração, mas algum do espaço irá estar ao serviço da comunidade escolar que anseia por aquela renovação, já no próximo período lectivo.

É uma escola que serve mais de 1.600 alunos, cuja entrada nobre passará a ser do lado Sul, concentrando ali, naquela zona, todo o pólo escolar, quer com a Marquês, quer com a Secundária, tornando mais notória a zona educativa da Cidade.

Queria destacar o bom sentido do Concelho de Pombal, na área da educação, e de certeza que esta renovação do Parque escolar não ficará por aqui e alcançará também outros pólos escolares e outras escolas, noutras freguesias, além da sede do Concelho.”

Vitor Gomes, cuja intervenção se transcreve:

“Hoje venho falar de um tema que julgo ser preocupante para o Concelho de Pombal, que é o Ambiente.

Nesta curta intervenção que pretendo fazer, gostaria de abordar duas ou três questões sobre problemas ambientais no nosso Concelho.

Não vou falar de saneamento, já aqui falou Almagreira e o problema é comum a todas as outras Freguesias do Concelho, incluindo a de Pombal, é um assunto fastidioso, demasiado batido e sem qualquer resultado prático, visto a cobertura do Concelho ser a que é e a que se prevê para o futuro não ser grande coisa.

Do que eu pretendo falar é de sucateiras, poluição do Rio Arunca e prevenção de cheias.

Em primeiro lugar quero frisar que nada me move contra os empresários do sector das sucatas. Todas as actividades são legítimas desde que respeitem a Lei, a ela obedeçam e com ela estejam de acordo. Todos têm direito a existir e as sucateiras são actividades que até prestam alguns serviços, mas o que está em causa é que a proliferação destas sucateiras por todo o Concelho, indignam as pessoas que por elas passam.

Queria saber o seguinte:

Quantas sucateiras estão licenciadas neste Concelho?

Quem fiscaliza a sua actividade?

Qual a sua situação em termos de fiscalidade?

Quantas respeitam a legislação em vigor?

Será permitido por Lei colocar sucateiras à beira de rios, escolas, sem impermeabilização de solos, em qualquer lugar, sem qualquer critério e sem respeito pela Lei?

Qual tem sido a intervenção Municipal e para que serve uma Vereação com o Pelouro do Ambiente? Será só para dizer que existe?

Em relação ao Rio Arunca, há uma coisa que me apraz registar e que está curso, que é a limpeza do Rio e a regularização do seu leito. É bom mas é pouco.

É necessário evitar, fiscalizar e punir todos os atentados ecológicos.

O que estamos a fazer, em termos de limpeza do Rio, é só temporário, porque a seguir vem o dumping das agro-pecuárias, as ligações de fossas sépticas particulares aos rios e às ribeiras, o escoamento dos resíduos das cerâmicas, os barros - ainda no domingo estava a decorrer a prova de atletismo nos Casalinho, já não chovia há 3 dias e a água do rio vinha da cor do barro e não devia haver máquinas nesse dia a limpar.

Está a Câmara em condições de afirmar que os efluentes que a ETAR debita no rio são biologicamente puros ou inócuos? Pelo que já vi, não acredito.

Por fim, queria falar de prevenção de cheias e catástrofes.

Gostaria que fosse esclarecida esta Assembleia e a população das acções levadas a cabo pelo Município, no sentido de obviar a que situações como as que ocorreram em 2006 não se voltam a repetir.

É minha convicção que pouco ou nada se fez, para além de recuperar os prejuízos causados. Digo isto porque as condições meteorológicas não nos tem dado tréguas e nada nos garante que cenários idênticos não voltem a acontecer. Ainda esta semana, na segunda-feira, choveu em Pombal durante meia hora e as tampas das águas pluviais já estavam a saltar.

Para concluir direi que é tempo de olhar para estes problemas ambientais. Não queremos que os nossos filhos nos culpem por nada termos feito.”

Leovigildo Fernandes, que fez a intervenção abaixo:

“Permitam-me que agradeça, aqui, publicamente, o apoio que o Município de Pombal prestou recentemente à Freguesia do Carriço, nas comemorações dos seus 50 anos.

A Freguesia do Carriço, no passado dia 19 de Janeiro, comemorou as suas bodas de ouro. É a 3.ª maior Freguesia em número de população, é a 2.ª em área, é uma Freguesia que pauta por colaborar nos projectos que o Município tem levado a cabo, nomeadamente, o da captação de água porque é para nós um privilégio podermos ter uma palavra bastante positiva no apoio ao Concelho.

Deixem também que agradeça publicamente a todos aqueles que, manifestamente ou pessoalmente, nos apoiaram nestas comemorações e dizer que a Freguesia continua com as suas portas abertas a todos aqueles que queiram a sua colaboração.”

Tiago Galvão, cuja intervenção se segue:

“Na última sessão da Assembleia Municipal, a Juventude Socialista questionou o Executivo Camarário quanto à implementação dos Conselhos Municipais da Juventude. A resposta do Executivo foi no sentido da não implementação deste Conselho, referindo que o mesmo tirava autonomia ao Poder Local.

A Juventude Socialista não pode estar em mais desacordo com tais afirmações e decidiu anunciar publicamente que apresentaria uma proposta de implementação do Conselho Municipal da Juventude, nesta sessão da Assembleia Municipal, porém, nas últimas semanas, o Executivo tem dado sinais de abertura para a implementação do Conselho Municipal da Juventude.

A Juventude Socialista congratula-se com esta mudança de atitude e por isso temos participado nas reuniões com o Executivo, de modo a concretizar este fórum de participação dos jovens pombalenses.

Por esse motivo, atendendo ao esforço que estamos a fazer para apresentar uma proposta de consenso, a Juventude Socialista decidiu não apresentar nesta sessão da Assembleia Municipal a

proposta de Criação do Concelho Municipal da Juventude. É importante referir também, a posição da Juventude Socialista e da Bancada do Partido Socialista, quanto à sua implementação.

Em primeiro lugar, achamos que o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, deve estar em pleno acordo com a Lei n.º 8/2009;

Em segundo lugar pensamos que deverá ser criado um Gabinete de Apoio ao associativismo juvenil, dotado de meios técnicos e jurídicos que apoiem as associações no processo de registo no RNAJ - Registo Nacional de Associações Juvenis.

Esta é uma matéria de consenso entre as Juventudes Partidárias do nosso Concelho.

A Juventude Socialista deseja continuar a ter um papel activo na implementação e na dinamização do Conselho Municipal da Juventude.

Os problemas que os jovens enfrentam, sendo o mais crítico o acesso ao emprego, justificam o nosso trabalho conjunto.

Quero acabar por dizer que a implementação do Conselho Municipal da Juventude é urgente e deve ser uma prioridade para o Município de Pombal.”

Fernando Matias, cuja intervenção se segue:

“Eu queria deixar aqui uma primeira nota e essa não pode deixar de ir para os cuidados primários. Não para falar sobre o processo porque ele foi aqui brilhantemente explanado, mas para dizer que, de facto, o Presidente da Junta de Almagreira não foi para os jornais dar resposta ao que foi dito e às imprecisões que foram veiculadas, porque entendo que a actividade nobre da política deve:

Primeiro, pautar-se pelo bom entendimento entre as pessoas e pela verticalidade;

Segundo, antes de lançar qualquer suspeição, é importante que nos documentemos, e documentar-se é ir a todas as fontes existentes, no sentido de saber onde estão as pedras, os entraves, ou onde faltou a solução.

Nesta matéria de cuidados de saúde primários, quero dizer que, de facto, Almagreira sempre esteve muito mal e entendendo as dificuldades, foi decisão, inclusive, durante o mandato anterior, dado que não havia qualquer resposta no sentido de conseguirmos uma construção de raiz, de dar e lançar uma outra proposta à Administração Regional de Saúde do Centro, nunca ficámos insensíveis ao problema, quisemos sim, despoletá-lo, porque se continuássemos pelo mesmo caminho, hoje, provavelmente, estaríamos na mesma.

Em relação a isto era o que pretendia dizer e também que a documentação se encontra na sede da Junta para ser consultada por todos que o desejarem fazer.

A segunda nota que queria deixar, aqui, é que de facto, em Almagreira, existem muitas carências, elas foram sublinhadas e não vale a pena voltar a falar delas, mas também quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e ao restante Executivo o trabalho que tem realizado.

No mandato anterior foi realizado um trabalho substancial no âmbito da defesa da floresta e actualmente está-se a avançar na requalificação urbana e quero falar, nomeadamente, na Rua dos Serviços Sociais, a obra está feita e já está a servir os almagreirenses os pombalenses e a todos que tem necessidade de visitar ou passar pela nossa Freguesia.

Deixaria aqui uma pergunta ao Sr. Presidente, porque é um problema que também preocupa os almagreirenses, que é requalificação do Bairro São Pedro, sobre qual o estado do projecto porque nós queremos, de forma sustentada, dar respostas à rede viária em toda a Freguesia mas também dar respostas em termos de requalificação urbana da nossa sede de Freguesia.

Queria agradecer o esforço dos serviços da Câmara na preparação deste espaço para dar resposta ao desejo do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de descentralizar algumas sessões para as Freguesias e é importante que a população saiba a forma como nos empenhamos, não temos varinha de condão para encontrar a solução para todos os problemas mas todos nós, aqui presentes, nos empenhamos para encontrar as soluções para o nosso concelho e para as nossas freguesias.

Armindo Carolino, cuja intervenção se segue:

“Na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, eu quero saudar todo o povo de Almagreira nesta primeira Assembleia Municipal descentralizada que vamos realizar a bem daquilo que é a nossa defesa da política e do bem estar das populações.

Eu tinha pensado que me iria embora antes das sete horas e portanto devia de estar caladinho porque tenho responsabilidades a partir dessa hora, mas entendi que não ficava conscientemente tranquilo se não dissesse duas coisas:

Sobre a Extensão de Saúde de Almagreira, independentemente das competências legais que assistem ao Poder Central e ao Poder Local, todos nós sabemos que, ao longo de muitos anos, o Poder Local tem vindo a ser chamado e tem vindo a responder àquilo que legalmente não nos está competido e nem nos está atribuído, mas na defesa das populações tem assumido politicamente participar naquilo que é necessário para o bem estar dessas mesmas populações.

Que fique aqui clarinho como água que nós, da Bancada do Partido Socialista defendemos até à intransigência a construção de uma nova Extensão de Saúde na Freguesia de Almagreira, não somos nem poderemos ser a favor de beneficiações das actuais instalações - como eu me lembro quão difícil foi encontrá-las e adaptá-las no seu início, e por isso sabemos se já na altura elas não correspondiam e foram um mal menor.

O Senhor Presidente da Câmara sabe que, nas campanhas eleitorais, assumiu participar, como hoje aqui foi dito e muito bem, - felicito o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Almagreira pelo estudo cronológico que aqui apresentou - portanto, contra factos não há argumentos, factos são factos e objectivamente ele trouxe um conhecimento daquilo que foram todas as diligências efectuadas e desgraçadamente sem qualquer efeito positivo porque não é para nós, que estamos a participar nesta Assembleia Municipal, que a Extensão de Saúde de Almagreira se destina, destina-se é às populações de Almagreira e quem são os prejudicados são todos aqueles e todas aquelas pessoas que necessitam de ter assistência na saúde a partir da sua Extensão de Saúde mais próxima.

Diria, para abreviar, que há um compromisso político. A Câmara assumiu que, em ultima instância, seria responsabilizada e se responsabilizaria pela construção do novo Centro de Saúde em Almagreira e que a Administração Regional de Saúde, independentemente das competências, terá que assumir a parte de serviços de técnicos, médicos, enfermeiros, administrativos e tudo quanto for necessário para que a saúde para as pessoas de Almagreira sejam uma realidade e, dizemos nós, quanto mais depressa melhor.”

João Coucelo, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Concordo perfeitamente com aquilo que o Dr. Carolino disse.

As Autarquias têm colaborado sempre com o Ministério da Saúde, é uma usurpação um bocadinho indevida mas só assim é que elas conseguem cumprir aquilo que eram as obrigações da Tutela,

As Autarquias têm de se substituir frequentemente à Tutela para resolver os problemas das populações, é a sua obrigação, vem do seu tempo, antes de si, a seguir a si, todos temos conhecimento daquilo que fizemos, se calhar menos do que devíamos, mas fizemo-lo muitas vezes empenhando dinheiros da Autarquia, porque a Tutela não assumia as suas responsabilidades em termos de financiamento.

Esta é uma realidade com a qual teremos que continuar a contar independentemente da Tutela fazer grandes investimentos em Hospitais e em Centros de Saúde de grande dimensão, faz para uns sítios, não faz para outros, com critérios duvidosos, independentemente de quem está no Poder, e esta é uma realidade que eu concordo perfeitamente que nós temos que assumir.

Quanto às intenções ou, digamos, àquilo que é um compromisso político num programa eleitoral, a Câmara comprometeu-se a, e muito bem, assumir as responsabilidades na construção ou requalificação de acordo com aquilo que são as opções da própria Tutela, porque construir um Centro de Saúde novo e a Tutela limitar-se a colocar cá um médico, um enfermeiro e um administrativo, como tem sido até agora, não serve as populações e a Câmara não vai fazer, com certeza, uma coisa dessas.

Estava eu no Conselho de Administração do Hospital quando deixei de ter verbas de PIDDAC, com projectos aprovados pelo Ministério da Saúde, porque construíram um Centro de Saúde em Castanheira de Pêra que tem a população da Freguesia de Almagreira, onde gastaram, naquela altura, três milhões de euros, são dados da Sub-região de Saúde de Leiria.

A Câmara construiu um Centro de Saúde na Guia que custou cento e vinte mil contos, para uma população superior, isto só para lhe dizer que as decisões, em termos políticos, pesam muito na solução dos problemas, as Autarquias não podem ser responsabilizadas quando têm que gerir parques recursos. Este tratamento desigual existe e vai continuar a existir, infelizmente, no nosso país, e é bom que se fale disto porque é uma realidade que nós todos, que nos interessamos em resolver os problemas às populações, temos também que questionar e criticar.

Queria fazer aqui uma segunda intervenção, fazendo um comentário à intervenção do João Coelho, que é a seguinte:

Ainda bem que a Derovo tem uma estratégia de internacionalização, está a construir em Espanha, é uma empresa exemplar, por alguma razão o Senhor Primeiro Ministro veio cá a Pombal, para saudar, em época de crise, o investimento de uma empresa sedeadada em Pombal, é fantástico, e a Derovo tem, não uma fábrica, mas duas em Pombal, e vai construir uma terceira, com certeza que tem a sua estratégia própria de investimento ao longo do país e o Dr. João não quer que as fábricas se construam todas em Pombal.

Infelizmente, nós temos fábricas a fechar ao longo do país, fábricas que foram financiadas com dinheiros dos nossos impostos e verbas comunitárias que estão a fechar e o nosso Governo vê-se impotente para travar esse processo.

Nós aqui, não é por vender o terreno mais caro ou mais barato que outros sítios – e é evidente que vendemos mais caro que Ansião porque o compramos mais caro, mas também se dá estímulo às empresas e na época que nós estamos a viver queria, apesar de tudo, recordar que ainda temos empresas de Pombal a investirem no estrangeiro e portanto não há o aspecto negativo que deu a entender por a Derovo ia para Proença-a-Nova porque não tinha condições para crescer aqui, é uma estratégia da empresa.”

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia que deu entrada na Mesa da Assembleia uma proposta da Bancada do Partido Socialista sobre melhoria do serviço da EDP do Concelho de Pombal, a qual se dá por reproduzida e fica apensa à acta.

De seguida deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que usou da palavra como se segue:

“Estou de certo modo sensibilizado porque tenho vindo inúmeras vezes a esta Freguesia, a pedido dos seus Presidentes de Junta, ex e actuais, e hoje há uma coisa que me toca muito profundamente que é a ausência e o estado de saúde do Sr. José Silva, o Sr. Professor e deputado Municipal José Silva desabafou comigo, nos últimos tempos, que tencionava deixar a sua escola e até ser integrado no âmbito das necessidades sociais na nossa Câmara, trabalhando gratuitamente.

O Senhor José Silva andava preocupado, em final de carreira profissional como professor, sentia-se desaproveitado e marginalizado, teve um AVC, teve outro de seguida, é que nós, meus caros amigos, estamos aqui numa Assembleia onde se exerce o Poder Local com sentido democrático e respeito pelas convicções das pessoas, mas o mais grave desta democracia é que efectivamente as pessoas não progredem na carreira nem são colocadas conforme a sua competência e a sua experiência profissional mas em função do seu cartão partidário.

Já tivemos cinco ou seis directores da EDP, a nível regional, falei na terça-feira com o actual Director Regional e com o Engenheiro Mónico para lhes transmitir aquilo que eram as consequências das faltas de electricidade, a nível das micro empresas, a nível familiar e também da nossa Câmara Municipal, porque senti como Técnico, as consequências dos cortes de luz numa firma onde estive a trabalhar, e os prejuízos que essa empresa tinha com 2.000 kva's de potência, e o que isso implicava em termos de qualidade de produção.

A Câmara não deixou de cumprir com a sua obrigação ética, política e profissional em relação à responsabilidade da EDP.

Não temos outro fornecedor de luz e as nomeações para empresas dessas deviam ser por carreira profissional, antiguidade e competência e não pelo cartão político-partidário que os Governos, de mandato para mandato, praticam, e que em nada contribuem para o desenvolvimento económico do nosso País.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta sobre as falhas de energia a discussão, tendo-se inscrito:

João Coucelo, que fez a intervenção seguinte.

“Depois de ouvir o que o Sr. Presidente da Câmara disse, e se eu fosse um iniciado nestas lides eu até considerava que esta proposta, enfim, até podia ir para a frente, estava elevada de bondade, de interesse em resolver os problemas e compreendo isso perfeitamente, agora, depois da resposta que a Câmara assumiu as suas responsabilidades esta proposta não faz sentido, dá a entender que a Câmara não se tem movimentado e que nós, Assembleia Municipal, estamos aqui a dar recomendações à Câmara para se movimentar, portanto eu não concordo e penso que ela poderia ser retirada da votação, é uma alternativa mas cada um faz o que entende, eu pessoalmente votarei contra esta proposta se ela persistir, evidentemente, e portanto proponho que a Bancada vote contra.”

Colocada a proposta a votação foi a mesma rejeitada por maioria com nove votos a favor da Bancada do Partido Socialista.

Nesta altura o **Dr. João Coucelo** pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Voto contra porque prestados os esclarecimentos pelo Sr. Presidente da Câmara, a persistência desta proposta a votação não faz sentido.

A Câmara já actuou antes de qualquer recomendação, no sentido da EDP tentar resolver os problemas, portanto, a Assembleia Municipal ou percebeu as palavras do Sr. Presidente e percebe que ele efectivamente está em suas diligências com quem de direito e que a Câmara, através da Assembleia pode fazer uma recomendação adicional mas penso que, neste momento, o Sr. Presidente terá garantias da resolução do problema e não fará sentido estar a remeter proposta.”

O **Dr. Armindo Carolino**, pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente a proposta, na medida em que reconheço todo o trabalho que o Sr. Presidente da Câmara tem feito junto da EDP.

Posso dizer-vos que a EDP garantiu ao Município de Pombal que “se lhe arranjasse um terreno para instalar uma subestação, há trinta anos, nunca mais faltaria a luz em Pombal. Pombal seria como Paris.”

Esse terreno foi arranjado, a subestação está lá construída, e nós sabemos a miséria que a EDP está a fazer neste Concelho e os prejuízos que há.

Senhor Presidente da Câmara, esta proposta não põe em causa, da parte do Partido Socialista o seu trabalho e a sua dedicação, que sabemos que é imenso e que o faz a todas as horas, o que nós queríamos era que a EDP deixasse de ser uma empresa majestática que faz o que quer, leva o dinheiro que quer, não responde nunca.

É essa recomendação que nós queríamos pôr nesta proposta, mas já que a proposta foi recusada digo-lho a assim, verbalmente, na minha declaração de voto.”

João Coelho, que fez a intervenção abaixo:

“Só para esclarecer, mais uma vez, as minhas palavras foram de alguma forma usadas e descontextualizadas para tirar uma conclusão que não foi decididamente aquela que eu quis transparecer.

Na minha intervenção eu referi-me à empresa Derovo como um exemplo, pelas palavras do seu administrador do reconhecimento do papel importante que os Presidentes de Câmara têm na atracção e na criação de condições para investimento.

No caso o administrador, e vejo-me obrigado a citar, também não foi indiferente o trabalho do Presidente da Câmara de Proença-a-Nova, quero eu dizer com isto que está identificada a parte do empresário que todos nós respeitamos, e portanto não está em causa aqui qualquer indiferença, não só ao sucesso como à dimensão da empresa Derovo, antes pelo contrário, e reconhecendo o valor do

empresário em causa também tenho que dar algum valor às suas palavras e portanto o Sr. Presidente da Câmara de Pombal também pode ter um papel que não é indiferente à atracção de investimento para Pombal, esta é a primeira conclusão.

A segunda conclusão que eu posso retirar é depois de algum descontentamento de alguns empresários expresso publicamente, nomeadamente, através dos órgãos de comunicação social, e em relação, não só às taxas, mas também a alguma indiferença de parte da Câmara, à possibilidade de criação de condições especiais para atracção de investimento, qual é que é o papel que a Câmara acha que tem neste momento para a atracção ou para a criação de investimento em Pombal?

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

“Subscrevo na totalidade tudo o que o Dr. João Coucelo disse em relação à problemática da saúde. Quando se fala com conhecimento e com a experiência de vida, mas também pelo prisma competente, podemos concluir que contra factos reais não poderá haver efectivamente argumentos, obrigado, Sr. Deputado Dr. João Coucelo, por aquilo que informou em relação à responsabilidade, no âmbito do Ministério da Saúde.

Dr.^a Odete Alves, como disse, nós temos 56.000 eleitores e por essa razão o Executivo Municipal passou a ser constituído por nove membros, tínhamos sete e passámos a nove. Os censos dizem que nós temos cerca de 60.000 habitantes mas teremos mais que 70.000.

Falou nos Vereadores a tempo inteiro, que são uma opção política de quem é eleito democraticamente, do Presidente de Câmara, não temos cinco Vereadores a tempo inteiro e um a meio tempo, desde 15 ou 16 de Fevereiro temos seis Vereadores a tempo inteiro.

Temos o organigrama aprovado, com dezoito divisões e seis departamentos e a legislação que nos foi apresentada não nos permitiu, até esta data, promover chefes de divisão e admitir pessoas para determinados departamentos e serviços na nossa Câmara.

Somos um Executivo que não tem, como em muitas câmaras, motoristas, eu podia ter um assessor e só tenho o adjunto e a chefe de gabinete, e os seis vereadores a tempo inteiro também só têm duas secretárias, poderiam ter seis secretárias e seis assessores.

Temos um serviço de fiscalização carente de técnicos, temos o Departamento de Águas e Saneamento com falta de pessoal e não podemos admitir ninguém. Temos também o gabinete jurídico e contencioso e um serviço de pessoal também com falta de recursos humanos, porque a legislação cada vez é mais teórica, mais complexa, mais difícil de interpretar e a inovação, a nível nacional e a minha geração tem contribuído para isso, não tem sido inovadora. É o fazer diferente, é o substituir e ter pessoas diferentes de acordo com as legislaturas, que democraticamente são eleitas.

Deixe-nos governar e quando o Partido Socialista estiver à frente dos destinos do Concelho, escolham e determinem que vereadores é que são necessários.

Em relação ao Senhor Eng.^o Pedro Murтинho, devo dizer que temos uma obra adjudicada já há muito tempo no valor de novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e noventa e seis euros, que é o Saneamento para o Paço, para os Reis, para a sede da Freguesia de Almagreira, para os Vascos, e foi adjudicado à Lusosicó.

Temos o terreno para avançarmos com a construção da quarta ETAR.

Quando se diz que nós não fazemos nada no saneamento em 1994 não existia ETAR nenhuma em Pombal tudo estava a céu aberto só em 1995 é que a ETAR foi iniciada, concluída e inaugurada. Depois construiu-se uma no Louriçal, que está em funcionamento, está em construção outra na Guia e a próxima é aqui, em Almagreira.

Em relação à rede viária sabemos que fizemos 53 km, temos que aplicar a camada de desgaste entre a Estrada 237 passando pela aldeia de Redondos, Reis até Almagreira, a estrada que vem do Louriçal até aqui tem que ser pavimentada com a camada de base, pois em alguns troços, se tivermos que fazer o saneamento, faremos o saneamento e depois teremos a preocupação de fazer uma boa compactação das valas e depois a camada de desgaste para a estrada ficar a durar quinze ou vinte anos.

Nós temos Engenheiros, temos quadros técnicos e sabemos como é que se devem investir os dinheiros nas obras públicas e construir aquilo que é possível fazer-se com a preocupação de mandar projectar, mandar executar e depois pagar.

A rede viária vai ter, ainda este ano, mais uns quilómetros de asfalto, e nos seguintes também, para que de facto a freguesia de Almagreira continue cada vez com mais dinâmica por vontade e por merecimento próprio.

Em relação ao Centro de Saúde, tive uma reunião com o Sr. Dr. João Pedro Pimentel, distinto Director Regional da ARS e ele hoje telefonou-me e informou-me que a Administração Regional de Saúde do Centro opta pela reconstrução do Centro de Saúde no local onde ele tem funcionado.

Em relação ao Sr. Deputado João Coelho, Pombal não perde investimentos, Pombal esteve doze ou treze anos sem aplicar derrama.

Não perdi empresas porque temos isenção de pagamento de derrama para firmas que facturem menos de 150.000,00 Euros e quem paga derrama são aquelas empresas que, em termos de gestão, não têm dificuldades nenhuma.

Se nós tivéssemos aplicado, durante esses anos todos, a derrama, tínhamos já o concelho todo servido de saneamento.

Temos um parque industrial novo, na Guia, e temos de ser todos esclarecidos que do investimento na ordem de três milhões ou quatro milhões de euros, vamos realizar pouco mais que um milhão de Euros e vamos suportar ali um diferencial de dois milhões de Euros, portanto, quando se fala da falta de ténpera, de conhecimento ou experiência de vida, e que se atiram para o ar determinadas críticas que não são alicerçadas no conhecimento e no saber, como o Sr. Dr. João Coucelo disse e com toda a propriedade, descaracterizam a actividade nobre de estar na política.

Sr. Deputado Pedro Santos, reafirmo que no dia vinte e três do corrente mês tive uma reunião construtiva, a meu pedido, com o Sr. Engenheiro Pais Rocha e com o Sr. Engenheiro Mónico para falar sobre a problemática dos cortes da luz, não só no Louriçal, mas em todo o nosso Concelho.

Em relação ao Sr. Deputado Vítor Gomes, quando a gente fala no ambiente, quando fala no rio Arunca que vem com lama, com terra, e quando tenho aqui uma Vereadora quase doutorada em Ambiente e por isso é que ela tem o Pelouro do Ambiente, podemos tirar algumas ilações, tendo em conta quem apresenta esta preocupação e todos nós devemos preocupar-nos em não falar sem conhecimentos técnicos e científicos, porque há 15 ou 16 anos, todos os esgotos da cidade de Pombal eram descarregados a céu aberto no Rio, não havia ETAR, havia uma lixeira a céu aberto poluente nos Pousios e era muito mais grave aquilo que se passava do que o que hoje se passa.

Estamos a dar passos decisivos para que, em termos ambientais, o Concelho de Pombal seja um Concelho de referência Regional e Nacional e temos efectivamente de continuar a pugnar por um melhor ambiente conseguindo que o Rio Arunca fique completamente despoluído e que é o Ministério da Economia e a CCDR, que fazem a fiscalização das tais sucateiras, e que as licencia.

Em relação a aquilo que temos vindo a fazer em relação às cheias, temos tido a preocupação de termos o INAGUE a colaborar connosco.

Há um projecto de dimensionamento das ribeiras que passam pela nossa cidade, quer da ribeira quente, quer da ribeira que vem do Castelo, quer da outra que passa junto à GNR.

Está em elaboração um projecto de retenção das águas na zona dos Caseirinhos espero que durante este ano o Sr. Engenheiro Valério, do INAGUE, nos apresente os projectos e que haja cada mais reuniões com os técnicos da Câmara, para que depois possamos avançar com essas obras.

Também quero tranquilizar o Senhor Deputado Tiago Galvão, porque o Conselho Municipal da Juventude vai avançar e espero que haja aderência de todos os jovens sejam de sua convicção política, sejam da minha, sejam de outras quaisquer, e tendo um jovem no Pelouro da Juventude que com o dinamismo que lhe conhecemos não vai deixar inactivo esse Conselho Municipal da Juventude.

Senhor Presidente da Junta de Almagreira, meu caro amigo Fernando Matias, penso que o esclareci em relação ao seu Centro de Saúde e quero dizer que a sua Freguesia continuará a crescer e que tem todos os lugares praticamente servidos de associações e estas luzes, que foram colocadas aqui para a

celebração desta sessão da Assembleia, ficam aqui, já são propriedade desta Associação que fica com melhor iluminação.

Em relação à qualificação do Largo de São Pedro, o projecto está praticamente concluído por uma Arquitecta Paisagista da Câmara e a obra é para ser feita logo que seja entregue o projecto, para que, nas Festas de São Pedro, em Julho, o Largo esteja efectivamente pronto.”

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu colocou o documento a discussão.

Não havendo ninguém interessado em usar da palavra, passou-se de imediato ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 – Designação do representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES Pinhal Litoral I – Alínea b) do Art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro.

O Senhor Presidente da Assembleia informou ter entrado na Mesa uma Proposta da Bancada do PSD, do seguinte teor:

“Os membros da Assembleia Municipal de Pombal, abaixo assinados propõem e subscrevem a candidatura do Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo para representante efectivo da Assembleia Municipal de Pombal no Conselho da Comunidade do ACES do Pinhal Litoral, nos termos da alínea b) do Art.º 31.º do DL n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro.

Mais que propõem e subscrevem a eleição de Fernando Silva para representante suplente desta Assembleia.”

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto.

O Senhor Presidente da Assembleia chamou então, para procederem ao escrutínio dos votos, Odete Alves e Sandra Palhais.

Procedeu-se de seguida à contagem dos votos, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e seis votos em branco.

Nesta altura o membro da Assembleia, **João Coucelo**, pediu a palavra para prestar o seguinte esclarecimento:

“A constituição deste órgão está vertida no Decreto-lei 28/2008. Tem um conjunto de competências que são importantes. A Câmara Municipal está representada no Conselho Executivo, pelo seu Presidente, que é no fundo o órgão de gestão destes Agrupamentos de Centros de Saúde.

No caso de Pombal é só o Centro de Saúde de Pombal, pela sua dimensão, e o Conselho Consultivo congrega um representante da Assembleia Municipal, naturalmente, e um conjunto de outros representantes das IPSS’s, dos serviços escolares, dos organismos sindicais, e por ai fora, são nove no total.

Têm como missão fazer, no fundo, a apreciação dos planos anuais e plurianuais de trabalho das ACES, os seus relatórios, apreciar todos os interesses de matéria de organização do funcionamento do Centro de Saúde e naturalmente têm a apresentação de recomendações para a melhoria do funcionamento dos serviços de saúde.

Na passada quarta-feira, a pedido do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Grilo, que não podia estar presente devido à sua vida profissional, e não tendo sido feita ainda esta reunião, compareci em sua representação, numa reunião de apresentação, em que não estiveram ainda todas as pessoas.

Naturalmente eu já conheço a Dr.ª Alexandra Borges há muito tempo, ela era Administradora do Hospital Distrital de Leiria, sei que é uma excelente Administradora, é uma pessoa de elevada

competência e trocámos impressões sobre os problemas principais que afectam naturalmente o funcionamento do Agrupamento de Centros de Saúde e foi manifestada, por parte de todos os presentes, uma grande vontade de colaborarmos na procura de soluções para os problemas que todos sentimos, a nível de organização dos cuidados de saúde primários, e não só, e dos próprios cuidados hospitalares, que tem uma íntima relação com estas novas estruturas que se propõem para melhorar o funcionamento dos Centros de Saúde.

Queria aqui fazer esta pequena comunicação para que ficasse claro que foi a pedido do Presidente da Assembleia Municipal que lá estive a representá-lo”.

Ponto 2.3 - Leitura, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Minuta do Protocolo de Delegação de Transferências do Município de Pombal para a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu pertinentes sobre a minuta de Protocolo em epígrafe, aprovada em reunião de Câmara de 19 de Janeiro de 2010, colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para os esclarecimentos que entendessem solicitar.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

João Coelho, cuja intervenção se transcreve:

“Vou apenas colocar duas questões, de forma a melhor compreender o futuro que nos aguarda.

Ao fim de alguns anos de convivência com a Empresa Municipal Pombal Viva, vemos agora a existência de uma nova Empresa, a PMUGEST, que louvamos, até porque a extinção da Pombal Viva e a integração dos seus serviços noutra Empresa, era uma proposta antiga do PS.

À PMU, já havíamos reconhecido o mérito e a capacidade das suas competências e portanto esperamos, honestamente, que o futuro desta empresa seja de igual eficiência a bem da satisfação das necessidades dos pombalenses.

No entanto queria deixar a seguinte pergunta:

A partir de agora quem é que é o responsável pelas Festas do Bodo? Nós tivemos convivência com um modelo que provou o que provou, durante dois anos e, portanto, gostava de saber, para 2010, o que é que nos aguarda, ou seja, se as Festas do Bodo são da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Pombal, ou se a incumbência da sua realização também passará para a PMUGEST e, se assim for, se é para manter o modelo que eu vou eufemisticamente apelidar de despesista?

Queria perguntar que medidas é que estão previstas para o estacionamento, em Pombal? Se há alguma alteração de fundo, nomeadamente na alteração das zonas de estacionamento pago e no Parque Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal porque, apesar do avultado investimento que ali está, continuamos sem perceber a verdadeira utilidade do Parque, tendo em conta a sua parca utilização por parte dos pombalenses?”

João Coucelo, que pediu a palavra para intervir como se segue:

“Eu tenho que intervir com alguma ironia, porque penso que não estou a interpretar mal o Dr. João Coelho.

O Dr. João Coelho tem que se pronunciar sobre uma minuta de Protocolo de Delegação de Competências, e estão aqui explicadas as razões porque os Senhores Vereadores do Partido Socialista se abstiveram, não votaram contra, abstiveram-se.

O que está aqui é um vasto leque de competências que podem dar resposta a algumas das questões que formulou ao Senhor Presidente da Câmara, se o Senhor Presidente quiser responder pode fazê-lo mas não tem obrigação de o fazer, porque está tudo vertido neste documento.

O Senhor está a querer saber sobre a realização das Festas do Bodo e nós não estamos a falar de Festas do Bodo, estamos a falar de uma minuta de um Protocolo.

Apesar de eu estar aqui há 26 anos continuo a saber interpretar quais são as nossas obrigações relativamente a um ponto da ordem de trabalhos como este, o Dr. João Coelho é que, provavelmente, ainda não teve tempo suficiente, nesta Assembleia, para perceber isso.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“A responsabilidade das Festas do Bodo serão sempre da Câmara Municipal, já o foram em 2009, sê-lo-ão em 2010, mas terão a colaboração da ADILPOM e também da PMUGEST.

Em relação ao Parque de Estacionamento e da requalificação da Praça Marquês de Pombal, nós projectamos e realizamos obras a pensar no curto, médio e longo prazo, não vimos esse investimento por um prisma economicista.

O Parque tem utilidade, e se nós tivéssemos feito um Parque Subterrâneo por baixo da biblioteca, estava bem feito, poderia não estar aproveitado na sua plenitude, mas tinha sido feito o aproveitamento da estrutura de betão armado.

Já fomos crucificados pelo Teatro-Cine, pelo edifício da Biblioteca, pela Quinta de Sant’Ana, mas o tempo dá razão a quem a tem.

Que cada um de nós assuma a sua quota de responsabilidade na sua esfera de acção e que seja mais construtivo.”

Colocada a minuta do Protocolo de Delegação de Transferências do Município de Pombal para a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com sete abstenções, da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Esgotados os assuntos da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público, tendo o **Sr. Eng.º Mário Cação**, usado da palavra, em representação da Escola Secundária de Pombal, como se segue:

“Senhor Presidente da Assembleia, muito obrigado por me permitir este período de tempo de intervenção. Queria também cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e os respectivos Vereadores, bem como os membros desta Assembleia.

A minha presença aqui tem um objectivo muito concreto.

Eu faço parte da Escola Secundária de Pombal, sou professor e Presidente do Órgão Conselho Geral da Escola Secundária de Pombal, todos nós sabemos, até porque o meu caro amigo Manuel António já referiu que a escola está a sofrer uma grande remodelação, poderá vir a ser, e esperamos bem que venha a ser, uma escola de referência no Distrito de Leiria, senão mesmo na zona centro e até no País. Essa remodelação, permitirá melhores condições de trabalho a professores e a alunos e melhor aprendizagem, mas há necessidade de que a Escola venha a ser designada por um nome de alguém ilustre da cidade de Pombal, seja homem, seja mulher, mas um pombalense ilustre, e é exactamente o que eu, aqui, proponho, é que a Assembleia Municipal que é o Órgão que representa, no fundo, a comunidade pombalense, indique um nome que crie o consenso entre todos, de forma a que nós, em Concelho Geral, possamos aprová-lo.

A Escola tem 50 anos. Muitos foram alunos dessa Escola, quando era Escola Técnica Comercial e Industrial, hoje Escola Secundária com o 3.º Ciclo de Pombal.

Como Presidente do Conselho Geral, faço aqui um desafio e ao mesmo tempo abro este debate à comunidade pombalense.

Já houve uma reunião de Conselho Geral no dia 28 de Janeiro, nessa reunião estiveram presentes algumas pessoas que estão aqui, o Vereador Dr. Fernando Parreira e o meu amigo Manuel António. Nessa reunião foram indicados dois nomes, Dr. Carlos Mota Pinto proposto pelo Dr. Fernando Parreira e da minha parte a Poetisa Martelo Patrício.

Não vou estar aqui a referir quem foi o Dr. Carlos Mota Pinto nem tão pouco a Poetisa Martelo Patrício, creio que as pessoas já sabem quem eles foram, também não vou agora falar e argumentar a

favor de um nome ou de outro, acho que este não é o local indicado para essa argumentação, o local indicado para no fundo argumentar, a favor destes ou de outros nomes, será o Conselho Geral da Escola Secundária de Pombal, apenas quero e peço que a Assembleia Municipal e a Comunidade Pombalense pense, debata e que nos diga qual o nome que deverá ser indicado para a Escola Secundária de Pombal,

Agradeço a oportunidade que me deram e, já agora, digo com toda a franqueza que gostei muito de aqui estar e apreciei muito o debate que foi aqui criado. Muito obrigado.”

O **Senhor Presidente da Assembleia** disse que este é um assunto que poderá ser debatido, pelos membros da Assembleia, no site próprio, abrindo-se um espaço de sugestões.

Manuel Domingues, pediu a palavra para dizer o seguinte:

“A minha intervenção poderá parecer, à partida, descabida, na medida em que já houve pelo menos uma solução para o problema do Centro de Saúde de Almagreira.

O Senhor Presidente da Câmara acabou por dizer que tinha recebido do Presidente da ARS de Coimbra a resposta, e que estava praticamente acordado que o Centro de Saúde iria continuar a funcionar nas instalações presentes, ainda que restaurado.

Ora muito bem, é uma solução que, à partida, não vai resolver o problema dos almagreirenses, e eu falo com conhecimento de causa, porque aquele Centro de Saúde, que hoje ainda existe, foi restaurado por mim, de um anterior edifício da Junta de Freguesia, em 1981.

Sei também que as condições e as exigências que hoje se põem na assistência aos munícipes ou talvez como se costuma dizer aos fregueses de Almagreira, não são, nem nunca serão as melhores, porque em estão aqui alguns profissionais de saúde em 100 m², o que é que se pode fazer?

Gabinetes de médicos um ou dois no mínimo, sala de enfermagem, sala de atendimento, secretaria, nomeadamente, sala de espera, sanitários, etc., em 100 m².

Poderá gastar-se muito dinheiro no restauro do Centro de Saúde de Almagreira que nunca irá resolver o problema dos actuais 1.700 utentes.

Gostava de sublinhar aqui algumas frases que foram ditas embora parecendo já descabidas:

O Sr. Dr. Coucelo dizia que esta responsabilidade dos Centros de Saúde, das construções, disto e daquilo, dos hospitais, deve ser da responsabilidade do Estado e neste caso concreto a responsabilidade que seria da ARS, toda a gente sabe e há aqui muitos juristas dentro desta sala que os bons usos e costumes, muitas vezes, fazem a Lei, e é verdade que, no Concelho de Pombal, pelo menos eu posso falar com conhecimento, os Centros de Saúde foram quase todos eles construídos com a ajuda das Câmaras Municipais, pelas Juntas de Freguesia, salvo raras excepções, e portanto seria mais uma excepção o Centro de Saúde de Almagreira.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Pedro Murtinho, fez um elenco enorme de edifícios que a Junta de Freguesia tem feito para a ARS, também mal seria que neste processo e neste projecto, já feito ou neste percurso, não houvesse officios, não houvesse insistência da parte dos Autarcas da Freguesia, é lógico que não me satisfaz a conclusão a que chegaram.

Admito que um Centro de Saúde feito de raiz seria o ideal, talvez outros entraves se tivessem colocado nomeadamente, em relação ao terreno que a Junta de Freguesia tem disponível e que está todo em zona ecológica, e como toda a gente sabe, na zona ecológica não pode haver qualquer tipo de construções, se calhar será esse o maior problema para que a Junta não pressione, não lute para que efectivamente o Centro de Saúde seja feito de raiz.

Só uma ligeira apreciação a esta Assembleia. Eu também fui membro da Assembleia Municipal durante 14 anos, em 4 dos quais fui Secretário da Mesa.

Fico de certo modo magoado com o funcionamento da actual Assembleia Municipal. Continua a ser um campo de batalha entre oposição e maioria.”

O **Senhor Dr. João Coucelo** pediu a palavra para defesa da honra, como se segue:

“Vou intervir porque o Senhor Manuel Domingues faz determinadas afirmações em assuntos em que eu fui responsável.

Queria dizer que tenho perfeito conhecimento da matéria de que estou a falar e como ele deve saber, o após 25 de Abril, se não fossem as Autarquias a construir muita coisa, não só na área da saúde, as coisas não se faziam, e fizeram muito bem, tomaram a seu cargo a defesa das populações mas sei muito bem que a responsabilidade legal hoje e sempre é da Tutela.

Quem decidiu que era uma recuperação foi a Tutela. A Tutela é que diz, eu não quero uma construção nova, e se fazem uma construção nova, sem o acordo da Tutela, essa construção nova, como toda a gente pode compreender, fica lá para receber um médico, um enfermeiro e um administrativo e esse é que é o grande problema, a não afectação dos recursos humanos por parte da Tutela, e isso é que o Sr. Manuel Domingues tem que saber, a decisão da Tutela é pura e simplesmente sustentada nisso, a Tutela tomou essa decisão porque sabe que não vai afectar ali mais ninguém.

Sr. Manuel Domingues, espero que fique esclarecido sobre esta matéria, porque não é por complacência, nem é por reserva ecológica, porque constrói-se na reserva ecológica quando a obra é de elevado interesse público.

Os tempos mudaram, Sr. Manuel Domingues, já não é como no seu tempo enquanto Presidente de Junta, há coisas que mudaram, infelizmente muitas delas para pior, mas é o sinal dos tempos.”

Fernando Matias, que pediu a palavra por ter sido visado na intervenção:

“Eu estranho, de facto, este assunto, que já tinha sido abordado numa Assembleia de Freguesia.

De facto, o Presidente da Junta de Freguesia reuniu com a Senhora Presidente do ACES e ela pediu esclarecimentos ao Senhor Presidente da ARS Centro, Dr. Pimentel.

Foi daí que depois veio toda a polémica a que nós todos tivemos acesso nos jornais.

O Senhor Presidente da Junta, após uma reunião posterior, remeteu, por escrito, ao Senhor Presidente da Câmara um ofício em que dizia não se pretender um edifício novo mas a requalificação do actual. É isto que está preto no branco, nós somos responsáveis e se há políticos, no nosso País, que não fazem uso devido dos dinheiros dos nossos impostos, aqui, a gestão é transparente e cuidada.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu o seguinte:

“Como informação final a esta distinta Assembleia, a reunião que nós tivemos com o Senhor Dr. João Pedro Pimentel, responsável pela Administração Regional de Saúde do Centro, onde esteve presente o senhor Vereador do Pelouro da Saúde, Dr. Diogo Mateus e o Senhor Presidente de Junta, actual, quero dizer aqui ao Senhor Deputado da Assembleia de Freguesia e distinto ex Presidente de Junta, Manuel Domingues que, de facto, a gente não pode remar contra a maré.

Como objectivos, têm-se vindo a fechar Maternidades, Centros de Saúde e Escolas para reduzir custos mas os custos, infelizmente, segundo a estatística não têm vindo a diminuir mas a aumentar.

Eu coloquei à consideração do Senhor Director Regional da Administração de Saúde do Centro a construção de um edifício novo, que já tinha dois projectos, mas que se quisesse aquele edifício onde funciona a actual Extensão de Saúde o requalificávamos ou reconstruíamos.

Perguntei qual o projecto que queria, tendo em conta o custo/benefício, e que a Câmara assumia a responsabilidade da sua construção, isto não são palavras vãs nem divagações são realidades.

Relativamente ao terreno, nem todo é em reserva ecológica, mas o Senhor sabe que temos em curso a elaboração da Revisão do PDM, há nove anos e que agora assumimos a sua conclusão com um Gabinete Pluridisciplinar para que ele, efectivamente, coloque no mapa todas as construções e que permita aos lugares do Concelho crescer.

Como o Sr. Dr. João Coucelo disse, e muito bem, há muitos enfermeiros no desemprego ainda ontem tive quatro no meu gabinete a pedirem para suplicar ao Senhor Administrador da Região de Saúde do Centro para ver se não os mandava embora, porque querem desactivar o INEM em Pombal.

Fui crucificado porque não tinha dado o terreno para o Centro de Saúde para Pombal. O Senhor Dr. João Coucelo era Vereador da Saúde e havia terreno, se nós, em Pombal, demos terreno para os cuidados continuados, para CERCIPOM, para lares em Pombal e na Guia, terrenos para Pólos Escolares que até não são da nossa responsabilidade, para Centros Sociais, para Associação de

Doentes de Alzheimer, para a Casa Abrigo e estamos agora em perspectiva de arranjar terreno para os Surdos e Mudos a nível Regional, não dávamos terreno para o Centro de Saúde?

Porque é que se tem vindo a fazer um cavalo de batalha, crucificando de quatro em quatro anos aqueles que são eleitos?

O Senhor tem cabelos brancos como eu já tenho, e é a nossa geração que está a fazer com que este País, em termos de usos e costumes como falou, não sejam preservados, não sejam transmitidos às gerações vindouras e com que os nossos filhos e os nossos netos sofram as consequências por estarmos a fazer obras que são pagas em quarenta anos. É esta política e esta democracia que dá aos monopólios vencimentos dez vezes superiores ao meu. É esta a democracia da Justiça Social, dos direitos e deveres para todos? Não. Esta democracia está a tornar-se injusta e insuportável para o povo português.”

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão eram vinte horas, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: